



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

08/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Compare as opções de poupança para sua aposentadoria privada

A formação de uma poupança previdenciária para a aposentadoria é uma das principais preocupações dos brasileiros. Uma pesquisa recente da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) em parceria com o Datafolha mostrou que cerca de 60% da população ainda não começou uma reserva para a aposentadoria, mas pretende começar.

Entre as principais alternativas para a constituição de uma reserva previdenciária, estão os fundos de previdência privada, e, mais recentemente, os títulos públicos RendA+ do Tesouro Direto, que oferecem uma taxa fixa de remuneração acrescida da variação da inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Em pouco mais de dois meses desde seu lançamento, os títulos públicos Tesouro RendA+ atraíram cerca de R\$ 500 milhões de aproximadamente 36 mil investidores. Além disso, o ritmo médio de venda do título é de cerca de R\$ 10 milhões diários, o que levaria a um estoque de R\$ 2,5 bilhões em um ano, segundo cálculos do Tesouro.

A indústria de previdência privada, por sua vez, alcançou R\$ 1,2 trilhão em ativos em fevereiro, com uma captação líquida de R\$ 3,4 bilhões no acumulado do primeiro bimestre deste ano, de acordo com dados da Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida).

"O título permite que o investidor comece a formar uma poupança complementar para a aposentadoria com pouco recurso", afirma a especialista Patrícia Palomo, Chefe de operações de investimentos da Unicred do Brasil e planejadora financeira CFP pela Planejar, acrescentando que a forte adesão de novos interessados em pouco tempo reflete a facilidade quanto ao entendimento das pessoas sobre o novo produto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 08 de maio.

Veja quem tem direito a atrasados do INSS de até 60 salários mínimos liberados pela Justiça

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganharam ação de concessão ou revisão do benefício calculadas em até 60 salários mínimos, chamadas de RPVs (Requisições de Pequeno Valor), podem ter direito de sacar os valores.

Em abril, o CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 2,4 bilhões para pagar atrasados previdenciários e assistenciais a 257,9 mil beneficiários que ganharam 205,6 mil processos contra o instituto. Após a liberação, o repasse aos segurados ou seus advogados é feito pelos TRF (Tribunais Regionais Federais), que abrem contas em nome dos beneficiários e disponibilizam o dinheiro.

Têm direito aos atrasados os segurados que processaram o INSS e ganharam a ação, sem possibilidade de recurso. Além disso, o dinheiro só sai após a ordem do juiz para que se pague o valor. É preciso que o processo seja de até 60 salários mínimos, pois atrasados com valores maiores viram precatórios, que têm um outro sistema de pagamento, com liberação em apenas um lote por ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 08 de maio.

Governo fala em debater marco legal no Senado; oposição pede pressa

Um dia após a derrota do governo na Câmara, que derrubou parte dos decretos que alteravam o Marco Legal do Saneamento Básico editados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, Leonardo Picciani, evitou dizer se o Executivo vai ajustar os textos para evitar um novo revés, agora no Senado. Ao mesmo tempo, a oposição pediu pressa ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Após representar o ministro das Cidades, Jader Filho, em evento promovido pelas estatais de saneamento em Brasília, Picciani disse acreditar que haverá possibilidade de aprofundar o debate sobre os decretos no Senado, que será responsável agora por validar ou rejeitar o decreto legislativo aprovado pela Câmara.

De acordo com o secretário, o governo gostaria de ter mais tempo para "discutir alternativas e explicar de forma mais detalhada tema por tema, mas a decisão foi diferente". "Acredito que no Senado haverá possibilidade de aprofundar o debate, fazer ajustes que sejam necessários, ou conseguir demonstrar aos senadores a importância de alguns instrumentos", disse.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 08 de maio.

Vigilante que reclamou de 'marmitta azeda' é suspensa de empresa

Ellen da Silva Lima, 22 anos, trabalha como vigilante freelancer. Ela tinha dois eventos agendados com a ESC Foneccas Empresa de Segurança nos próximos dias em São Paulo: trabalhar no show de Alicia Keys, no Allianz Parque, nesta sexta (5), e no jogo entre São Paulo e Internacional, no Morumbi, no domingo (7).

Na terça-feira (2), um dia depois de ter relatado à Folha as más condições de trabalho justamente durante as comemorações do Dia do Trabalho, Ellen foi dispensada dos dois eventos. Ela relata que também foi bloqueada nos grupos de WhatsApp da ESC e nos contatos das duas contratantes da empresa, com quem costumava acertar os trabalhos.

"Eles me tiraram da escala e me bloquearam. Eu estava escalada há duas semanas para o trabalho no Allianz. Disseram que o efetivo diminuiu, mas não é verdade. Outras colegas que vão trabalhar lá contaram que o efetivo continua em 700 pessoas", afirma Ellen.

O bloqueio deixou a trabalhadora apreensiva. "Eu preciso sustentar minhas filhas, preciso desse bico até achar um emprego com registro em carteira", diz ela, que é mãe de três meninas e está separada do pai das crianças.

A segurança voltou a ser procurada pela ESC após a Folha entrar em contato com representantes da empresa para reportar o caso, mas agora teme ser alvo de retaliação. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 08 de maio.

Atraso de governo e Aneel em solucionar térmicas adia alívio de 5,2% na conta de luz

Está custando caro para o consumidor de energia um jogo de empurra do governo e dos órgãos reguladores para definir o destino de um grupo de térmicas a gás. Dez usinas não cumpriram contratos de energia, mas tentam amenizar as penalidades —e até seguir operando— com preços altos para a conta de luz.

Os valores dessa pendência estão detalhados no mais completo levantamento sobre o tema, realizado pela Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres).

A entidade mostra que está suspensa a cobrança de R\$ 13 bilhões em multas e penalidades. Esse valor, que já poderia ter sido revertido para a tarifa de energia, levaria a uma redução de 5,2%, em média, na conta de luz. Há também um grupo de térmicas operando mesmo depois de descumprirem os contratos, e os consumidores de energia já pagaram R\$ 1,2 bilhão na tarifa por esse serviço.

Essas usinas fazem parte do PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), um tipo de leilão para a contratação de energia, feito de afogadilho, em outubro de 2021, quando havia risco de racionamento por causa da seca. A leitura do mercado é de que tudo desse leilão deu errado.

Das 17 usinas habilitadas no PCS, 14 eram a gás —grupo que enfrentou maior dificuldade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 08 de maio.

Aluguel residencial sobe 0,76% em abril, após alta de 0,97% em março, diz FGV

Os aluguéis residenciais subiram 0,76% em abril, depois de terem aumentado 0,97% em março. Os dados são do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Em 12 meses, o índice acumulou uma alta de 8,84%.

O IVAR foi criado para medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais do mercado de imóveis no Brasil, com informações obtidas diretamente de contratos assinados entre locadores e locatários sob intermediação de empresas administradoras de imóveis. Até então, a FGV coletava informações de anúncios de imóveis residenciais para locação, e não os valores efetivamente negociados.

Quanto aos resultados das quatro capitais que integram o índice da FGV, o aluguel residencial em São Paulo passou de uma alta de 0,74% em março para um aumento de 2,30% em abril. No Rio de Janeiro, o índice saiu de alta de 2,50% para redução de 0,25% no período; em Belo Horizonte, de alta de 4,76% para queda de 3,83%; e em Porto Alegre, de recuo de 1,67% para aumento de 1,24%. No acumulado em 12 meses, os aluguéis avançaram 8,41% em São Paulo; 7,40% em Porto Alegre; 10,48% em Belo Horizonte; e 9,63% no Rio de Janeiro.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 08 de maio.